

EMENDA Nº - CTIA
(ao PL nº 2.338, de 2023)

Renomeie-se a Seção II do Capítulo VIII do PL nº 2.338, de 2023, como “Das Sanções”, e inclua-se no referido projeto o seguinte art. 37, renumerando-se o atual art. 37 como art. 38 e os demais sucessivamente.

“**Art. 37.** O art. 141 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal – CP) passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

‘**Art. 141.**
.....

V – com a utilização conteúdo audiovisual gerado ou manipulado com alteração significativa da realidade.

..... (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A utilização de conteúdo audiovisual adulterado ou gerado por sistemas de inteligência artificial para cometer crimes contra a honra potencializa os danos do delito, pois induz um grande número de pessoas a acreditarem nas acusações fraudulentas.

Por essa razão, e considerando a popularização desse tipo de ferramenta, especialmente com os novos sistemas de inteligência artificial generativa, propomos que o PL nº 2.338, de 2023, contemple o agravamento das sanções penais para essa conduta, por meio de ajuste ao art. 141 do Código Penal.

Sala da Comissão,

Senador VANDERLAN CARDOSO

